



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Administração - Aquisição - Bens de Consumo - 0008141-12.2019.6.21.8000

Termo de Referência - TR - doc. SEI n. 0179517.

1 OBJETO

1.1 Descrição:

Aquisição de placas de captura de áudio e vídeo.

2 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Motivação

A presente demanda advém da necessidade de manter ativos os serviços de gravação e transmissão de sessões, eventos e audiências, e a expansão natural de uso desses equipamentos, o que torna necessária a aquisição de peças de reposição para substituir os conversores que vierem a ser danificados pelo uso e ter uma alternativa à conexão Thunderbolt (presente em apenas dois notebooks do Tribunal) para as soluções já adotadas.

2.2 Objetivos a serem alcançados por meio da contratação

2.2.1 Evitar a interrupção do serviço de gravação/transmissão por problemas nos conversores (SDI para Thunderbolt) atualmente utilizados;

2.2.2 Possibilitar a utilização de placas de captura de áudio e vídeo em outros computadores do Tribunal, pois convertem o sinal SDI, oriundo das soluções audiovisuais do plenário, do plenarinho e do estúdio da EJE, em USB.

2.3 Benefícios diretos e indiretos alcançados por meio da contratação

2.3.1 Utilização da nova solução de gravação e transmissão de áudio e vídeo do plenário em computadores existentes no parque do TRE-RS;

2.3.2 Diminuição do risco do serviço de gravação/transmissão de sessões, eventos e audiências ficar indisponível.

2.4 Alinhamento entre a contratação e o planejamento existente

A aquisição de placas de captura de áudio e vídeo está em conformidade com os objetivos, metas e ações do planejamento do TRE e STI:

2.4.1 Planejamento estratégico institucional

Está alinhado aos objetivos Aperfeiçoar a infraestrutura de TI.

2.4.2 Planejamento estratégico de TI (PETI)

Está alinhado ao objetivo Garantir a disponibilidade da infraestrutura de TIC.

2.4.3 Plano Diretor de TI (PDTIC)

A ação referente a esta contratação consta no PDTIC sob o código A.82.2.

2.4.4 Plano de Contratações 2019

10029 - Peças para manutenção de equipamentos

2.5 Referência aos estudos preliminares

Para a presente contratação foi elaborado o documento Análise da Viabilidade da Contratação, doc 176206 do processo SEI 0008141-12.2019.6.21.8000. Os estudos foram elaborados de acordo com a IN 39/2014, da Presidência do TRE-RS.

2.6 Relação entre a demanda prevista e quantidade de bens a serem contratados

O quantitativo foi definido de modo que fique uma placa de captura de áudio e vídeo de reserva no prédio da Duque de Caxias (onde se localiza o Plenário) e outra no Edifício Assis Brasil (onde fica o estúdio da EJERS), para o caso das que se encontram em uso apresentarem defeito.

2.7 Análise do mercado de Tecnologia da Informação e justificativa da escolha da solução

Foram realizadas pesquisas em sites da internet para verificar a disponibilidade e o preço dos materiais solicitados.

2.8 Natureza do objeto

O objeto é de natureza comum no âmbito do mercado de tecnologia da informação.

2.9 Seleção do Fornecedor

2.9.1 Para fins de habilitação, o fornecedor deverá comprovar a regularidade perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social, a Justiça do Trabalho e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

2.9.2 A proposta que apresentar o MENOR VALOR TOTAL e que atender a todas as exigências deste Termo de Referência será considerada como a mais vantajosa.

2.10 Impacto ambiental

Não há impacto ambiental significativo.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 Detalhamento do objeto

Descrição do Material	Código SIASG	Unidade	Quantidade
Placa de captura de áudio e vídeo	150036	un	02

4 ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA MÍNIMA

4.1 Conversor de sinal SDI para USB 3.0 com as seguintes características:

Marcas/modelos indicados como referência:

- AJA – U-Tap (<https://www.aja.com/products/u-tap-sdi>);
- USB 3 Video Capture - Osprey vídeo 3 g-sdi USB vb-us de captura de vídeo;
- SDI to USB 3.0 - inogeni USB 3.0 SDI Cartão de captura de vídeo;
- SDI2USB 3.0 - externa Video Grabber para SDI Áudio e Vídeo em 60 FPS;
- USB Capture SDI Plus - magewell SDI USB Capture Plus – 32050.

4.1.1 Ser compatível com sistema operacional Microsoft Windows;

4.1.2 Possuir conector de entrada 3G-SDI (SDI-In), que receba áudio e vídeo;

4.1.3 Possuir conector de saída SDI (SDI-Out), que entregue o sinal de áudio e vídeo recebido na entrada SDI (em loop);

4.1.4 Possuir interface USB 3.0 para conexão ao computador;

4.1.5 Possuir suporte a formato de vídeo de até 1080p e 1080i;

4.1.6 Possuir cabo USB com, no mínimo, 50cm;

4.1.7 Possuir homologação para uso no sistema Wirecast, da Telestream, consultado no endereço: <https://www.telestream.net/wirecast/devices.htm?accordion=capture#capture>.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Prazos e condições

5.1.1 Os materiais deverão ser entregues no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do aceite da Nota de Empenho;

5.1.2 Os materiais deverão ser entregues, novos, em perfeitas condições de uso e armazenamento, devidamente embalados, no Almoxarifado do TRE/RS, localizado na Rua Duque de Caxias, 350 - Porto Alegre, no período das 13 às 19 h, de segunda a sexta-feira;

5.1.3 A entrega deverá ser previamente agendada junto à Seção de Almoxarifado (SEMOX), pelo telefone (51)3294-8316, ou por e-mail (almoxarifado@tre-rs.jus.br) com, pelo menos, um dia de antecedência;

5.1.4 Constatada a ocorrência de divergência na especificação ou qualquer tipo de defeito, fica a CONTRATADA obrigada a providenciar a substituição do material em até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da notificação da ocorrência por parte da contratante, sem qualquer ônus para o TRE-RS;

5.1.5 Verificada a entrega de materiais em atraso, será solicitado à CONTRATADA a apresentação de justificativa, a ser submetida à Administração;

5.1.6 A CONTRATADA deverá emitir, obrigatoriamente, Nota Fiscal Eletrônica ou Cupom Fiscal Eletrônico para os materiais fornecidos, entregando os mesmos acompanhados do respectivo DANFE.

5.2 Prestação da Garantia

5.2.1 A garantia deverá ser prestada pelo prazo de 36 meses, a contar do recebimento definitivo do objeto;

5.2.2 Os materiais em garantia que apresentarem defeito, não decorrente de uso inadequado, serão disponibilizados à CONTRATADA para conserto ou substituição, por outro novo (com as mesmas características, ou superior, a ser aprovado pela Administração) na cidade de Porto Alegre, em local a ser informado pela CONTRATANTE;

5.2.3 A CONTRATADA deverá fornecer, quando da entrega do material, pelo menos um mecanismo para abertura de chamados (telefone, e-mail, aplicativo web);

5.2.4 O prazo máximo para conserto/substituição dos materiais será de 15 (quinze) dias corridos, a contar da abertura do chamado;

5.2.5 A prestação da garantia se dará sem qualquer ônus ao TRE-RS, inclusive no que se refere aos custos de remessa, transporte e retirada do material.

5.3 Obrigações do Contratante

5.3.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

5.3.2 Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.3.3 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.3.4 Efetuar o pagamento à CONTRATADA, no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;

5.3.5 Entregar os materiais, cobertos pela garantia, para manutenção.

5.4 Obrigações da Contratada

5.4.1 Proceder a entrega dos materiais, em conformidade com o quantitativo e especificações constantes neste Termo de Referência;

5.4.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078, de 1990);

5.4.3 Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;

5.4.4 Responsabilizar-se pelo ônus de retirada e devolução dos materiais para realização de serviços de garantia fora das dependências da contratante;

5.4.5 Responder por todos os ônus, diretos e indiretos, incidentes no fornecimento dos materiais, inclusive aqueles referentes à embalagem, seguros, taxas, fretes, transporte, descarga e demais encargos.

6 MODELO PARA GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1 Formalização da Contratação

6.1.1 A contratação será formalizada mediante a emissão da nota de empenho de despesa, que será enviada pela Seção de Compras – SECOM, preferencialmente por meio eletrônico (fornecimento@tre-rs.jus.br);

6.1.2 O aceite na nota de empenho deverá ser manifestado pela CONTRATADA no prazo de 01 (um) dia útil, contado da comprovação do recebimento do documento;

6.1.2.1 Não ocorrendo expressamente a aceitação da nota de empenho recebida pela CONTRATADA, no prazo acima determinado, a aceitação será entendida como tácita;

6.1.2.2 A recusa na aceitação da nota de empenho deverá ser expressa, escrita e justificada e será submetida à autoridade competente que procederá à análise dos motivos acostados pela CONTRATADA, decidindo acerca da aceitabilidade ou não da justificativa;

6.1.2.3 Caso a justificativa não seja encaminhada na forma descrita ou esta não seja aceita pela autoridade competente, sujeitará a CONTRATADA às penalidades cabíveis.

6.2 Papéis a serem desempenhados

6.2.1 Fiscal Técnico

6.2.1.1 Acionar o serviço de garantia, caso seja necessário;

6.2.1.2 Verificar a conformidade das especificações dos materiais entregues com o constante neste Termo de Referência.

6.2.2 Gestor:

6.2.2.1 Baseado nas informações prestadas pelo Fiscal Técnico, proceder o aceite definitivo do equipamento e encaminhar notas fiscais para pagamento;

6.2.2.2 Entrar em contato com a contratada/fabricante, caso seja necessário.

6.3 Mecanismos formais de comunicação

A comunicação entre as partes se dará por escrito, através de e-mail endereçado aos gestores do contrato designados pelas partes, exceto a abertura de chamados de garantia, que poderá ser realizada também por telefone ou aplicativo web.

6.4 Metodologia de avaliação da qualidade do objeto

Os materiais serão testados para confirmação do atendimento dos requisitos exigidos nas especificações técnicas deste Termo de Referência.

6.5 Forma de recebimento

6.5.1 O recebimento dos materiais será feito em duas etapas, conforme abaixo:

6.5.1.1 Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com a especificação. No local de entrega, o fiscal fará o recebimento dos materiais limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado nas Notas de Empenho e Fiscal, fazendo constar no canhoto e no verso desta última a data da entrega do bem e, se for o caso, as irregularidades observadas;

6.5.1.2 Definitivamente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, pelo gestor que procederá ao recebimento, baseado nas informações prestadas pelo Fiscal Técnico das especificações e as qualificações dos materiais entregues, de conformidade com o exigido no Termo de Referência e com o constante da proposta de preços da empresa vencedora.

6.6 Condições para pagamento

6.6.1 Atestado o recebimento definitivo dos materiais, o pagamento será efetuado por intermédio de ordem bancária;

6.6.2 Caberá à CONTRATADA informar, no documento fiscal ou em documento apartado, o número da conta-corrente, da agência e do estabelecimento bancário no qual lhe poderá ser feito o pagamento;

6.6.3 O prazo para o pagamento será de até 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento definitivo dos materiais, ou de até 10 (dez) dias úteis, caso o valor ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93;

6.6.4 Os pagamentos estarão sujeitos, quando for o caso, à retenção dos tributos e contribuições na forma determinada em lei, ficando a CONTRATADA incumbida de fazer as comprovações necessárias na hipótese de não retenção;

6.6.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento e, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, fica estabelecido que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

i = taxa percentual anual do valor de 6%;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$

$I = (6/100) / 365$.

6.7 Penalidades

6.7.1 A inobservância injustificada dos prazos acordados sujeitará a contratada à multa moratória diária, a ser aplicada sobre o valor da contratação, nos percentuais discriminados a seguir, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e aplicação das demais sanções previstas na Lei n. 8.666/93:

6.7.1.1 0,25%, do 1º ao 15º dia de atraso e;

6.7.1.2 0,75%, do 16º ao 30º dia de atraso.

6.7.2 Na hipótese de a contratação perder a utilidade em decorrência do atraso na prestação das obrigações assumidas, será aplicada multa compensatória de 20% do valor da contratação, por inexecução total;

6.7.3 No caso de inexecução parcial das obrigações, o percentual previsto no item anterior incidirá sobre o valor das unidades não entregues/consertadas.

Equipe de Planejamento da Contratação
Edemir Vettorazzi Integrante demandante
Janice de Souza Martins Fiala Integrante técnico
Sérgio Casaril Integrante administrativo



Documento assinado eletronicamente por **Janice de Souza Martins Fiala, Técnico Judiciário**, em 12/11/2019, às 18:06, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Edemir Vettorazzi, Chefe de Seção**, em 12/11/2019, às 18:17, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Casaril, Chefe de Seção**, em 12/11/2019, às 18:19, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rs.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0179517** e o código CRC **5B9E4025**.

Avenida Padre Cacique, 96 - Bairro Praia de Belas - Porto Alegre/RS - CEP 90810-240
www.tre-rs.jus.br - Fone: 3294 8404